



Observatório
Interdisciplinar
das Mudanças
Climáticas

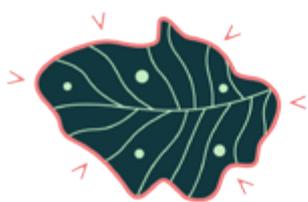
OS INTERESSES ESTADUNIDENSES NA AMAZÔNIA

Mapeando os governos de Donald Trump (2017-2020) e
Joe Biden (2021-2024)

Maria Isabel Santos Lima

CADERNOS DO OIMC
nº 13/2024

ISSN: 2764-1120



GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Apresentação

Esta edição dos Cadernos OIMC é parte de uma série de publicações que o Observatório Interdisciplinar das Mudanças Climáticas desenvolve, desde julho de 2023, no âmbito do projeto de pesquisa Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia. O objetivo desta série é analisar as agendas e os interesses que potências extrarregionais, organizações intergovernamentais e fóruns multilaterais manifestam em relação à Pan-Amazônia no presente.

Com estas publicações, o OIMC busca criar uma base de informações públicas que permitam avaliar convergências e divergências políticas entre diversos atores que têm capacidade para incidir nos rumos da Pan-Amazônia hoje. O projeto é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), no âmbito do edital Iniciativa Amazônia+10, e conta também com estudos do Observatório Político Sul-Americano (OPSA) sobre os países sul-americanos amazônicos e do Laboratório de Estudos da Amazônia Legal (LEGAL) sobre os estados brasileiros amazônicos.



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Observatório Interdisciplinar das Mudanças Climáticas

SUMÁRIO

Introdução

Página 01

Interesses históricos dos EUA na região Amazônica

Página 06

O governo negacionista de Trump e a agenda Pan-Amazônica (2017-2021)

Página 09

O discurso pró-clima de Biden e seu interesse na Amazônia (2017-2021)

Página 12

Conclusão

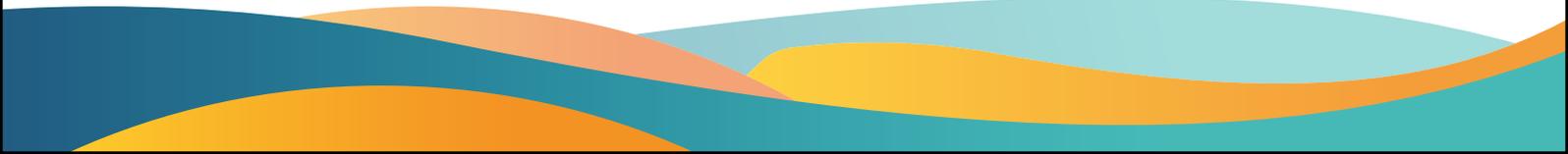
Página 15

Notas

Página 17

Referências Bibliográficas

Página 18



Introdução

Com a intensificação do debate sobre as questões ambientais e climáticas na década de 1970 por meio de campanhas ambientais e de estratégias de conservação de alcance internacional, a região amazônica emergiu como um dos principais eixos geopolíticos de interesse global. Isso, por sua vez, veio acompanhado de um discurso e de ações marcados pelo intervencionismo internacional, por vezes, sob o manto de uma cidadania cosmopolita (Bentes, 2005; Kolk, 1996). Essa região, destacada pela sua vasta extensão territorial e por suas riquezas culturais, biológicas e minerais, abrange 6,4 milhões km², compreendendo territórios de nove países sul-americanos – Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela.

Classificado de Pan-Amazônia [1], tal território transnacional é formado por Estados Nacionais soberanos que possuem assuntos em comum que extrapolam seus limites territoriais. Há, sobretudo, uma partilha

de realidades geográficas semelhantes no âmbito da bacia hidrográfica do Rio Amazonas, ou na contiguidade da floresta equatorial amazônica, ou ainda nos aspectos culturais especialmente relacionados a tentativas de estabelecer identidades comuns das populações tradicionais (Souza Lima, 2023, p. 16).

No Brasil, a Amazônia representa, em termos espaciais, uma área de 2.587.000 mi², isso quer dizer que mais de 60% da Pan-Amazônia pertence ao Estado brasileiro, o que o concede uma maior proeminência em conversas internacionais sobre o assunto. Essa ampla extensão territorial, bem como a diversidade cultural, a biodiversidade e a presença de recursos estratégicos foram essenciais para a formação de diferentes percepções internacionais sobre a Amazônia brasileira, com destaque para duas que são mais recorrentes. A primeira, trata “da Amazônia como uma grande unidade de conservação, a grande mancha verde a ser preservada para a ‘saúde’ do planeta” (Becker, 2009, p. 9). Isso é decorrente, sobretudo, dessa preocupação mundial dos anos 1970 com o desmatamento da vasta área verde, que possui a alcunha de “pulmão do mundo”, e suas consequências para o clima. Havia também uma certa cautela, além de um estado de alerta, devido à exploração desenfreada de seus recursos e riquezas, algo que é quase inevitável em contextos em que a extensão da Amazônia representa 100% do território de um país, levando à perda da biodiversidade e de preocupações em torno da escassez mundial de água (**Figura 1**).

Já a segunda, predominante em diversas gestões no âmbito doméstico brasileiro, é a ideia de Amazônia como um local voltado à exploração de recursos e de expansão econômica. Essa perspectiva, por sua vez, é uma consequência direta do aumento na competição

Figura 1 | Percentual de distribuição do bioma amazônico e de sua extensão em relação a área do país

País	Percentual de distribuição da Amazônia em relação à área total do Bioma	Percentual da Amazônia em relação a área do país
Bolívia	6,9%	44,1%
Brasil	60%	49,5%
Colômbia	7,2%	44,5%
Equador	1,5%	41,1%
Guiana	3%	100%
Guiana Francesa	1,2%	100%
Peru	11,2%	60,5%
Suriname	2,1%	100%
Venezuela	6,7%	51,1%

Fonte: tabela adaptada a partir dos dados do Jornal Nexø.

Maria Isabel Santos Lima

Os interesses estadunidenses na Amazônia: Mapeando os governos de Donald Trump (2017-2020) e Joe Biden (2021-2024)

internacional, que gerou e ainda gera uma pressão considerável por novas fontes de matéria-prima. Isso tende a se agravar ainda mais em contextos de conflitos internacionais, que provocam a escassez ou dificultam o acesso a determinados recursos (Amin, 2015). Fica evidente, assim, uma dualidade interessante: ao mesmo tempo em que a Amazônia é vista como um símbolo da manutenção da vida no planeta terra, é também um local com um grande capital natural a ser explorado, sobretudo pelos países considerados como desenvolvidos que almejem obter um “controle político sobre o verde” (Bentes, 2005, p. 228). E, analiticamente, o mais desafiador é entender os caminhos do meio, ou seja, as dezenas de cenários socioeconômicos, ecológicos e políticos que podem ser imaginados e implementados na zona cinzenta entre os dois polos extremos.

Além do vasto interesse por parte de governos nacionais e estrangeiros, há também a atuação de corporações internacionais, que aspiram a explorar as riquezas naturais presentes nessa região em busca de novas fontes de matéria-prima. A existência desses múltiplos atores resulta no que Amin (2015, p. 18) descreve como “uma nova realidade geopolítica para a Amazônia”, tornando a presença do Estado ainda mais necessária, bem como levando à adoção de medidas que garantam um desenvolvimento sustentável.

Dentre os atores que apresentam um amplo interesse na região, se destacam os Estados Unidos, um dos principais agentes nessa localidade, com o seu fascínio histórico pela região amazônica, que se mantém até os dias de hoje. Portanto, o objetivo da pesquisa é analisar os interesses dos EUA na Pan Amazônia, sobretudo no território que compete ao governo brasileiro, em dois governos recentes – Trump e Biden – a fim

de entender as características presentes nesses discursos e as medidas promovidas nesses períodos. Para tal, adotaremos as seguintes perguntas de pesquisa: Quais foram os interesses dos EUA na Pan Amazônia durante esse recorte? Esses interesses mudaram com as gestões? Houve investimentos na região? Quais?

Visando responder tais indagações, foi realizada uma análise de dados primários, como discursos, declarações oficiais, entrevistas e *tweets*, disponíveis em três bases de dados – o site oficial da Casa Branca [2] e as organizações *Vote Smart* [3] e *Fact Base* [4] – e seguindo os pressupostos estabelecidos por Badin (2011), Costa da Silva e Granja (2020). Primeiro, a fim fazer uma triagem dos dados disponíveis, realizou-se uma busca pelo termo “Amazon” nas páginas dedicadas aos presidentes estudados (Figura 2).

Com os resultados encontrados em mãos, foi feita uma seleção a fim de excluir qualquer menção que tratasse da empresa *Amazon*, o que significou a exclusão de 175 ocorrências. A partir disso, analisaram-se as menções remanescentes a fim de identificar quais foram as principais ações voltadas para essa região que foram adotadas nesses mandatos.

Para isso, as ocorrências identificadas foram categorizadas em dois grupos: (a) “declarações” para se referir a momentos em que o assunto foi abordado de modo a tratar da região amazônica como um bioma importante para o mundo, da narração de alguma medida adotada por presidentes dessa região, da Amazônia como sede de algum evento ou visita, etc.; (b) “ações concretas”, composta por medidas efetivas destinadas à Pan-Amazônia e que foram postas em prática durante os governos analisados, como o lançamento de novos

Figura 2 - Quantificação das menções por tipo de material analisado

Presidente	Ordens Executivas	Discursos	Declarações	Entrevistas	Tweets	Total
Donald Trump	0	66	3	30	40	139
Joe Biden	2	30	58	2	1	93
Total	2	96	59	32	41	232

Elaboração própria

Maria Isabel Santos Lima

Os interesses estadunidenses na Amazônia: Mapeando os governos de Donald Trump (2017-2020) e Joe Biden (2021-2024)

programas e planos, cooperações técnicas e científicas, contribuições monetárias, etc.

Além dos discursos, também foram utilizados documentos oficiais de agências governamentais e instituições responsáveis pelas medidas adotadas, bibliografias pertinentes ao tema e reportagens publicadas no *New York Times*, um dos principais jornais estadunidense com uma ampla cobertura internacional, limitando o escopo de tal para ocorrências entre os anos de 2016 e 2024. Essas reportagens foram utilizadas na tentativa de localizar outros eventos importantes que não constaram nas bases de dados com as documentações oficiais e de fornecer um contexto desse momento.

O artigo consiste, portanto, em três partes de desenvolvimento, para além da introdução e da conclusão, a saber: o primeiro tópico, discorre sobre os interesses históricos dos Estados Unidos na região amazônica, oferecendo um breve panorama da presença estadunidense nesse território. O segundo e o terceiro tópico, por sua vez, são voltados à análise dos governos presentes no recorte estudado. Desse modo, foram apresentados os perfis desses governos no que diz respeito à agenda climática e sua relação com o governo brasileiro, bem como as atitudes concretas adotadas visando essa região. Além disso, também foram apontados os investimentos privados advindos dos Estados Unidos, a fim de estabelecer se as políticas climáticas, de fato, foram respeitadas por esses atores não-governamentais.

Interesses históricos dos EUA na região Amazônica

A primeira metade do século XIX foi marcada por um cenário em que os Estados Unidos, já independentes, articularam a Doutrina Monroe, uma política externa encabeçada pelo presidente James Monroe (1817-1825) com o objetivo a não-interferência de Estados europeus em países do continente americano. Essa medida, longe de possuir um cunho altruísta de tornar os países sul-americanos livres de interferências externas, visava a independência desses países com

uma dupla finalidade: abrir os caminhos para que os Estados Unidos aumentassem sua área de influência e estabelecer uma dinâmica de subalternação, conforme ditava a doutrina estadunidense de Destino Manifesto [5]. Esse período, portanto, marcou o início de uma relação complexa entre esses atores, e a região Pan-Amazônica não foi isenta disso.

Em termos geopolíticos, a Amazônia é vista como um espaço vital devido a seu amplo território, suas riquezas naturais e sua vasta biodiversidade, tornando-se um local de extrema importância por sua reserva de recursos estratégicos que possibilitam o desenvolvimento de inovações tecnológicas (Amin, 2015). Para os Estados Unidos, esse território tem um caráter ainda mais crítico devido à sua aproximação geográfica e pela visão estadunidense que a entende como a zona estratégica mais importante em termos de manutenção de sua hegemonia global (Guimarães, 2001). Portanto, conforme relata Cohen (2002), a importância econômica da América do Sul está fortemente conectada ao potencial da Pan-Amazônica, tornando evidente o interesse histórico do país em explorar a região.

Autores como Garfield (2009, 2013), por exemplo, adotam como marco histórico para essa ambição estadunidense na Amazônia o período da Segunda Guerra Mundial. No entanto, é necessário apontar que esse fascínio com a região é anterior a esse período. Ao analisar esse processo que Medeiros (2012) denomina como internacionalização da Amazônia, o autor propõe uma linha do tempo distinta, que antecede o recorte defendido por Garfield (2013).

Dessa maneira, ao olharmos para os primórdios dessa relação, observa-se que seu início ocorreu ainda na segunda metade do século XIX, em um contexto denominado como o período de livre navegação no Vale do Amazonas (Medeiros, 2012). Essa ligação, por conseguinte, foi marcada pelas “trocas comerciais entre produtos primários da floresta e produtos manufaturados dos EUA, representando uma expansão comercial” e pelas “mobilizações da opinião pública para a defesa diplomático-militar de investimentos de cidadãos estadunidenses na região” (Medeiros, 2012, p. 187).

Havia, desse modo, propostas estadunidenses de intervenção da parte brasileira da Amazônia, utilizando como justificativa o fato de o império brasileiro estar limitando a soberania dos demais países Pan-Amazônicos. No entanto, por baixo de tal discurso havia um objetivo central muito evidente: o interesse comercial dos EUA na região (Medeiros, 2012). Para além de medidas financiadas pelo setor público, havia também um chamado para que o capital privado investisse nesse território, uma característica essencial para entender essa relação, uma vez que esse atributo se manteve com o tempo (Medeiros, 2012).

A partir do início do XX, ocorreu o que para Garfield (2009) representa a emergência dessa região, sobretudo a parte brasileira da Amazônia, no imaginário estadunidense. Havia, nesse contexto, uma crença na centralidade da sociedade estadunidense para garantir uma “redenção espiritual” [6] dos povos amazônicos em um território concebido como sagrado. Ademais, era evidente o interesse dos EUA em controlar o território amazônico e seus recursos, com um enfoque maior na extração de borracha para ser utilizada por sua indústria nacional.

Sobressaem-se, nesse marco, dois eventos de grande importância e que possuem essa matéria-prima como fator comum: o investimento de Harry Ford e a Batalha da Borracha. Também conhecidos como as *plantations* [7] de Fordlandia e Belterra, essa iniciativa foi encabeçada por Henry Ford – ainda que ele nunca tenha pisado nesses territórios – e ocorreu entre os anos de 1928 e 1945. Tal projeto, que salientava a parceria entre o capital estadunidense público e o privado, algo que era incentivado desde o período anterior, pretendia estabelecer uma plantação permanente de borracha na região Amazônica, com o objeto de garantir matéria-prima o suficiente para suprir as demandas dessa indústria. No âmbito interno, essa medida foi recebida de modo heterogêneo, já que enquanto alguns criticavam esse investimento por considerarem essa concessão uma cabeça de ponte imperialista, outros enalteciam a iniciativa de Ford, o descrevendo como “um capitalista com consciência, que traria progresso

social e econômico para a Amazônia” (Garfield, 2013, p. 63, tradução nossa) [8].

O outro evento, por sua vez, foi decorrente do alinhamento entre o Brasil e os Estados Unidos no contexto da II Guerra Mundial (1939-1945) e em um contexto da política nacional em que a região amazônica era mobilizada como parte da propaganda do governo Vargas. Havia, nesse momento, um entendimento por parte da elite política brasileira no poder de que era necessário ocupar esses “espaços vazios” e, ao mesmo tempo, contribuir para o desenvolvimento econômico do país (Lima da Silva, 2021). Ocorreu, assim, uma junção de dois fatores: a vontade por parte do Estado Novo de ocupar aquela região e torná-la economicamente rentável e a necessidade do governo estadunidense de obter matérias-primas necessárias para garantir êxito do país no conflito internacional.

Isso resultou nos Acordos de Washington de março de 1942, que previam a compra, por parte do governo estadunidense, do excedente completo da produção de borracha até dezembro de 1946. Em contrapartida, esperava-se a expansão econômica brasileira e uma maior cooperação técnica com os EUA (Chaves, 2021). Para além desses acordos entre as entidades públicas, também foram circuladas nos EUA propagandas que retratavam a Amazônia como um local que necessitava apenas de recursos tecnológicos e financeiros para seu desenvolvimento, a fim não só de justificar o investimento público na região, mas para angariar capital privado, que se somaria ao capital público que estava sendo direcionado a esse território (Weinstein, 2007).

Essas duas iniciativas foram de extrema importância para posicionarem a região amazônica como uma alternativa viável de abastecimento de tal material estratégico, a designando como uma reserva de recursos naturais. Para além disso, elas também destacavam a dependência estadunidense de recursos naturais provenientes de territórios estrangeiros, uma vez que seu desenvolvimento, sua segurança e sua posição de *hegemon* estavam sujeitas ao acesso dessa *commodity*, disponível

em abundância nessa região (Medeiros, 2012).

Mas, o fim da II Guerra Mundial trouxe consigo um cenário distinto do apresentado até então, destacado pela reabertura das plantações asiáticas de borracha dominadas no período do conflito pelo governo japonês e o desenvolvimento da borracha sintética. Assim, teve-se fim a plantação da Ford e o contrato com o governo estadunidense. Ao analisar esse período de forte presença dos EUA na Amazônia brasileira, Boris Fausto (2006) afirma que, no final das contas, isso não gerou resultados economicamente positivos e ainda acarretou danos ao âmbito social. Houve, portanto, mais resultados favoráveis para os Estados Unidos, que conseguiram acesso quase que exclusivo a um recurso estratégico em um contexto de conflito internacional, do que para a própria região amazônica e seus povos.

Posteriormente, outras tentativas foram feitas por parte de empresas estadunidenses para extrair os recursos presentes nessa região. No entanto, a partir da década 1970, os questionamentos relacionados aos problemas ambientais se intensificaram, colaborando para o entendimento de que essas questões eram complexas e que deviam ser abordadas através da cooperação internacional (Silva, 2013). Essa compreensão resultou na realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (1972), em Estocolmo, um marco para os debates centrados em temas ambientais, já que consolidou a mudança de percepção no que diz respeito à complexidade do tema, apesar de não causar um impacto significativo na opinião pública (Lago, 2006).

No âmbito doméstico brasileiro, em contrapartida, ainda se sobressaia a proposta de ocupação do território amazônico, além de ser marcado por um cenário de rápida destruição da região, colocando a Amazônia no centro das críticas por parte de grupos ambientalistas internacionais. Na década seguinte, a situação da Amazônia se tornou ainda mais complexa com a publicação internacional de imagens que exibiam a devastação florestal. Houve, assim, uma maior politização dos problemas ambientais dessa região,

que passou a ser tratada internacionalmente como “pulmão do mundo”, afetando negativamente a imagem internacional do país (Bentes, 2005; Zeca; Silva, 2023). Esse fator levou à adoção de um discurso intervencionista internacional em assuntos internos do país, visando uma tentativa de controle desses problemas ambientais por parte de instituições internacionais na Amazônia.

Além disso, havia também, nesse momento, uma clara ascensão do neoliberalismo em países do G-7, bem como a crescente intensificação do processo de globalização e a posição dos Estados Unidos como superpotência mundial. É nesse contexto formado por duas perspectivas distintas – a baseada no capitalismo e a visão mais voltada ao ambientalismo – em que a Amazônia retornou ao imaginário estadunidense, resultando em duas abordagens dentro desse mesmo país.

Os ambientalistas estadunidenses defendiam medidas de conservação do bioma amazônico como a melhor forma de lidar com a região, se opondo às visões de cunho capitalista e industrial, mas adotando um discurso intervencionista, como pode ser observado no trecho abaixo:

Em 1989, uma comissão estadunidense, sob a liderança do senador democrata Timothy E. Wirth, visitaria a Amazônia com o objetivo de analisar os problemas locais e pensar em proposta de lei a ser apresentada que incentivasse os bancos dos Estados Unidos a reduzir a dívida dos países que protegiam seu meio ambiente (Zeca; Silva, 2023, p. 43).

Há, nesse contexto, a ascensão de ideias de financiamento de práticas que tinham como principal objetivo manter a estabilidade planetária, focando sobretudo na região amazônica [9]. Já os conservadores viam qualquer movimento de regulamentação com um olhar negativo já que, para eles, o aquecimento global era uma ação voltada a desmantelar a supremacia econômica estadunidense, enquanto as medidas ambientais e climáticas capitaneadas pelos países do Sul eram entendidas como iniciativas que servem, basicamente,

obter dinheiro de países do Norte (Garfield, 2009).

Ainda que, em termos de política externa dos Estados Unidos, houvesse a possibilidade dessas duas abordagens para a Amazônia, inclusive em paralelo, há um outro ator que deve ser levado em consideração: o capital privado. Desde o começo, esteve presente nas investidas estadunidenses na região, atuando de acordo com seus interesses, a fim de alcançar a maior margem de lucro possível, ainda que isso signifique se postar como ambientalmente consciente.

A partir do histórico apresentado, pode-se concluir que a Pan-Amazônia, sobretudo a parte brasileira, foi, em um primeiro momento, vista como um local a ser conquistado no contexto da expansão estadunidense. Após isso, tornou-se um local a ser explorado a fim de garantir a continuidade da hegemonia dos EUA e, posteriormente, um sítio de exploração por parte de empresas bilionárias desse mesmo Estado (Medeiros, 2012). Portanto, ao analisar os períodos mais recentes de governos estadunidenses e suas políticas externas para a região, deve-se também atentar para o capital privado advindo dos Estados Unidos e sua influência na região amazônica, sobretudo no lado brasileiro. Isso é necessário, já que é quase impossível dissociar esses dois âmbitos, uma vez que eles foram introduzidos de forma simultânea, resultante de esforços governamentais para tal.

O governo negacionista de Trump e a agenda Pan-Amazônica (2017-2021)

O ano de 2016 marcou o início de um momento de crise democrática e ambiental, tendo como um dos principais destaques a ascensão pelas vias democráticas de governos (ultra)conservadores e de extrema-direita, que adotavam discursos de negacionismo climático. Uma das referências mais relevantes nesse sentido foi a vitória de Donald Trump na corrida presidencial estadunidense, já que ele era considerado um representante desse movimento em ascensão global,

além de ser um ávido negacionista da crise climática.

Essa nova gestão, iniciada em janeiro de 2017, adotou uma política externa que tinha como slogan a ideia de *America First*, em que defendia uma perspectiva nacionalista e economicamente protecionista, resultando no isolacionismo estadunidense e na rejeição aos organismos multilaterais (Jotzo; Depledge; Winkler, 2018). Tal lema, por sua vez, transformou-se em uma retórica que se opunha, por exemplo, a propostas de cooperação e representava um rompimento com as políticas criadas e adotadas no decorrer dos oito anos de gestão Barack Obama (2009-2017), sobretudo no que diz respeito às políticas ambientais e climáticas. A ênfase em reafirmar a posição dos Estados Unidos como a maior economia mundial para a gestão Trump significava, obrigatoriamente, a não-priorização de temas climáticos e ambientais, já que prometera “liberar” as indústrias altamente poluidoras e suspender as restrições climáticas e ambientais existentes (Asadnabizadeh, 2019).

No âmbito nacional, isso significou a redução de regulações ambientais e o controle de custo regulatório, ambas adotadas a partir de ordens executivas [10] (Antonini; Olczak; Patten, 2021). Já no espaço internacional, isso representou a retirada dos Estados Unidos do Acordo de Paris, uma promessa de campanha que se concretizou ainda no primeiro ano dessa gestão. Ademais, houve também o fim das contribuições financeiras ao *Green Climate Fund* (GCF) [11], uma ferramenta de cooperação internacional formada por Estados, organizações da sociedade civil e do setor privado, que visa a financiar programas com esse cunho pelos países em desenvolvimento (De Pryck; Gemenne, 2017; Jotzo; Depledge; Winkler, 2018). Essas duas medidas, anunciadas por Trump no mesmo discurso [12], foram fundamentadas na compreensão de que ambas eram fardos econômico-financeiros impostos aos Estados Unidos, sendo, portanto, prejudiciais à economia nacional (Antonini; Olczak; Patten, 2021). Essa segunda, em especial, afetou indiretamente a Amazônia, por ser receptora de parte dos fundos

Figura 3 | A Amazônia no governo Trump (2017-2021)

Categoria	Número de menções	Conteúdo
Declaração	2	Ofereceu o apoio dos Estados Unidos para conter as queimadas. E elogiou as atitudes adotadas pelo governo Bolsonaro no contexto das queimadas na Floresta Amazônica.
Ação concreta	1	Celebrou a criação do Biodiversity Impact Investment Fund, descrito como uma medida para estimular os investimentos sustentáveis na região.

Elaboração própria

destinados projetos e programas desenvolvidos nessa região. [13]

Esse contexto de rechaço à ordem multilateral e às medidas favoráveis à mitigação climática encontrou no Brasil desse período um cenário conturbado, marcado por diferentes crises. Uma delas era a crise da democracia representativa, evidenciada pela queda da ex-presidente Dilma Rousseff e ascensão de seu vice-presidente, Michel Temer (2016-2018) ao poder e, posteriormente, pela vitória por vias democráticas de Jair Bolsonaro (2019-2022), um grande admirador de Trump e defensor das mesmas pautas conservadoras e anti-clima que o seu homólogo. A outra era a crise ambiental e climática, resultante, principalmente, da grande influência da bancada ruralista, que compôs a base de ambos os governos, derivando na adoção de medidas contrárias à agenda climática e ambiental e um consequente drástico aumento do desmatamento da região amazônica.

Esse contexto foi marcado por governos brasileiros que demonstravam, em graus distintos, uma certa preferência por políticas que favorecessem uma suposta tentativa de estimular o desenvolvimento econômico desse território. Além do aumento do desmatamento causado pelo agronegócio, houve também, durante esse período, um outro setor que merece destaque: o garimpo. Ainda durante seu breve governo, o então presidente Temer assinou por meio de decretos uma modificação nas regras de mineração na região amazônica e, dentre eles, constava a abertura de uma reserva nacional, composta por territórios ocupados por comunidades

indígenas, para essa finalidade. Além disso, entre 2017 e 2021, houve um considerável aumento da mineração ilegal em territórios ocupados pelos Yanomamis. Esses dois fatores resultaram em um consequente aumento de áreas desmatadas em terras indígenas para essa finalidade, chegando ao registro de 114,26 km² [14] em 2021 e resultando em tempos sombrios para a região amazônica, a perda de centenas de vidas das comunidades indígenas e situando a região no centro dos debates internacionais.

Ao observar as menções feitas pelo próprio Trump ao tema durante seu governo, foram encontradas, no total, três ocorrências [15]: duas postagens em seu *Twitter* pessoal e uma declaração oficial. Essas raras menções à Amazônia poderiam ser vistas como a existência de um certo desinteresse por temas ambientais e climáticos durante a gestão Trump. No entanto, faz-se necessário observar seu conteúdo a fim de entender o contexto em que foram publicadas, possibilitando a existência de novas interpretações (**Figura 3**)

Ao analisar primeiro as menções feitas diretamente pelo presidente Trump, tem-se as duas postagens em redes sociais, categorizadas como declarações. A primeira postagem, feita em 23 de agosto de 2019, retrata uma conversa entre Donald Trump e Bolsonaro, em que o primeiro ofereceu ajuda dos Estados Unidos para combater as queimadas, algo que não foi concretizado. Essa publicação ocorreu dias após o início das queimadas na floresta amazônica que colocaram o governo de Bolsonaro no centro das discussões internacionais por seu descaso com a situação.

Maria Isabel Santos Lima

Os interesses estadunidenses na Amazônia: Mapeando os governos de Donald Trump (2017-2020) e Joe Biden (2021-2024)

Já a segunda, datada de 27 de agosto de 2019, foi publicada um dia após o encontro promovido dentro da cúpula do G7 sobre as mudanças climáticas e a situação da Amazônia, marcado pela ausência de Trump. Nesse registro, Trump elogiou o trabalho feito por Bolsonaro na questão dos incêndios ao dizer que ele estava “trabalhando duro” e “fazendo um ótimo trabalho” (Trump, 2019, tradução nossa) [16]. Essas mensagens, ao mesmo tempo que funcionavam como uma resposta às pressões internacionais por parte de outros países, também legitimavam as (in)ações do governo Bolsonaro já que, para Trump, ser criticado internacionalmente era um motivo de orgulho.

Para além de menções feitas pelo próprio presidente, há uma outra, parte de uma declaração conjunta entre o governo dos Estados Unidos e do Brasil, publicada em 19 de março de 2019, no contexto da visita presidencial de Bolsonaro aos Estados Unidos, em que foi anunciada a criação do *Amazon Biodiversity Impact Investment Fund* (ABII). No então, para tal, é preciso primeiro abordar a atuação da *The United States Agency for International Development* (USAID), agência responsável por diversas medidas na Pan-Amazônia.

Um dos programas criados no âmbito da USAID, ferramenta de política externa voltada a promoção dos ideais estadunidenses, é a Parceria para a Conservação da Biodiversidade na Amazônia (PCAB, na sigla em inglês), originada em 2014 e que foca no território amazônico brasileiro. Com uma vigência inicial de 5 anos, ampliada posteriormente para mais 5 anos, e um orçamento de 55 milhões de dólares, além de recursos privados extras, sua atuação engloba quatro áreas: (i) consolidação de áreas protegidas; (ii) cadeias

de valor sustentáveis e atividades econômicas; (iii) engajamento do setor privado; e, (iv) inovação, ciência e tecnologia (PCAB, 2018).

Tendo em vista a busca por uma ação conjunta com o setor privado, foi criada a Plataforma Parceiros pela Amazônia (PPA), uma iniciativa lançada em 2017 que mobilizou, naquele momento, uma rede com empresas do setor privado, visando uma busca por soluções mercadológicas para promover um desenvolvimento sustentável da região. Uma das primeiras medidas advindas dessa plataforma foi a *Althelia Biodiversity Fund* (ABF), criada em 2019 com o intuito de financiar empresas na Amazônia que eram consideradas sustentáveis. Nesse mesmo ano, essa iniciativa foi renomeada de ABII, mas permaneceu com o mesmo objetivo de “catalisar iniciativas lideradas pelo setor privado para conservação e desenvolvimento sustentável” (USAID, 2019, p. 2).

Há, aqui, a participação de empresas anteriormente consideradas parceiras no âmbito da PPA. Destacam-se, nesse sentido, empresas brasileiras e estadunidenses como: Alcoa, Vale, Agropalma, Cargill, ABAG, Suzano e JBS. Essas empresas, no entanto, possuem em comum o fato de atuarem e serem responsáveis, em algum grau, pelos desmatamentos e pela exploração desenfreada da região amazônica. Observa-se, portanto, que essa nova fase, iniciada juntamente com o governo de Trump, reproduzem a histórica relação anteriormente discutida entre o incentivo público por parte do governo estadunidense e o capital privado, que visa a atuar na região amazônica.

Figura 4 - Programas desenvolvidos no âmbito da USAID/AREP na era Trump

Atividade	Descrição	Duração	Países	Custo (USD)
Servir Amazonia	Iniciativa USAID/NASA para melhorar as capacidades de gestão ambiental e resiliência às mudanças climáticas através de tecnologia geoespaciais.	12/2018 a 12/2023	Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru e Suriname	\$9.900.000
Amazon Indigenous Rights and Resources	Incorporar os direitos e interesses dessa população nos planos desenvolvidos pelos setores público e privado.	08/2019 a 08/2024	Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru e Suriname	\$17.926.505
FIRE	Melhorar a prevenção e a resposta a queimadas.	08/2020 a 08/2025	Brasil, Colômbia, Equador e Peru	\$6.000.000

Elaboração própria

Maria Isabel Santos Lima

Os interesses estadunidenses na Amazônia: Mapeando os governos de Donald Trump (2017-2020) e Joe Biden (2021-2024)

Outro fato curioso é que, apesar de adotar uma retórica totalmente contrária à destinação de fundos estadunidenses para programas ambientais e climáticos, algo que foi reproduzido nos orçamentos anuais lançados por essa gestão, o governo de Trump foi responsável por iniciar três programas direcionados à região amazônica no âmbito da *Amazon Regional Environment Program* (AREP) (Figura 4).

Em termos de interesse do governo estadunidense nesse período, era evidente que, por parte do governo Trump, não havia interesse na conservação ambiental da região. Havia, por outro lado, uma visão mais voltada para a exploração dos recursos presentes nessa região, sobretudo por parte de empresas estadunidenses, algo que fazia parte do discurso adotado por ele de reposicionar estrategicamente a economia estadunidense no cenário internacional.

O discurso pró-clima de Biden e seu interesse na Amazônia (2017-2021)

Em 2020, visando a retornar à Casa Branca, o partido Democrata escolheu Joe Biden, anteriormente vice-presidente de Barack Obama, como seu candidato à presidência, que se postulou como uma antítese a tudo que Trump significava, sobretudo em termos de sua abordagem das mudanças climáticas. Após uma gestão marcada pela rejeição às vias multilaterais, passou-se a defender a atuação mais ativa dos Estados Unidos no cenário internacional a fim de se situar como uma liderança internacional. Houve, ainda durante o período

eleitoral, um destaque da agenda climática, posicionando-a como uma temática central da administração Biden através de ações que priorizassem uma abordagem através da perspectiva da justiça ambiental e da ação climática (Bhardwaj, 2023). Assim, havia uma expectativa do tema, considerado pelo então presidente como “o principal problema enfrentado pela humanidade”, ser amplamente mobilizado na esfera doméstica e na internacional (Bomberg, 2022, p. 30, tradução nossa) [17].

No âmbito doméstico, isso resultou na assinatura do *Inflation Reduction Act* [18], uma legislação que visa o investimento de bilhões de dólares em iniciativas voltadas à energia limpa, além de outras regulações que buscam a redução de GEEs, sobretudo o Metano. Também houve uma tentativa de forçar as empresas estadunidenses a apresentarem informações relacionadas às suas pegadas climáticas através do *The Enhancement and Standardization of Climate-Related Risks* [19].

Já no âmbito internacional, isso significou a criação do cargo de Enviado Especial do Presidente para o Clima, ocupado por John Kerry, e com o retorno dos EUA ao Acordo de Paris. Além disso, utilizou a COP de Glasgow para apresentar o compromisso de reduzir as emissões de carbono do país em 50%, algo que embora não parecesse robusto o suficiente, já significava um avanço comparado à atuação de Trump. Por fim, organizou o *Leaders' Summit on Climate* [20] e concedendo fundos para iniciativas climáticas, como o *President's Emergency Plan for Adaptation and Resilience* (PREPARE) [21], que visa a ajudar os países em desenvolvimento

Figura 5 | A Amazônia no governo Biden (2021-2024)

Categoria	Número de menções	Conteúdo
Declaração	24	Citou as queimadas na Amazônia. Falou do compromisso do país em explorar oportunidades para avançar as metas climáticas para a região. Enfatizou a importância da Amazônia como um sumidouro de carbono. Reconheceu ou citou as medidas adotadas pelos governos da Pan-Amazônia. E tratou da celebração de eventos internacionais na região.
Ação concreta	30	Desenvolvimento de um plano, em conjunto com diferentes agências governamentais, para a proteção da Amazônia. Anúncio do Plano Conserve Global Forests, que tem a Amazônia como um de seus focos. Contribuição de \$500 mil para o Fundo Amazônia.

Elaboração própria

Maria Isabel Santos Lima

Os interesses estadunidenses na Amazônia: Mapeando os governos de Donald Trump (2017-2020) e Joe Biden (2021-2024)

em termos de adaptação aos impactos das mudanças climáticas, e o GCF, um compromisso assumido durante a gestão Obama e que foi negligenciado ao longo do governo Trump. Essa centralidade da crise climática também estava presente nos discursos oficiais de Biden e em documentos como o *Joint Strategic Plan, FY 2022-2026* [22], o *USAID Climate Strategy 2020-2030* [23] e os orçamentos apresentados por essa gestão, visando sempre renovar a imagem dos Estados Unidos como liderança internacional no tema.

A proeminência do tema significou, nesse cenário, uma presença maior da Amazônia nos discursos, declarações oficiais, entrevistas e ordens executivas dessa gestão quando comparado ao período imediatamente anterior. No total, foram encontradas 50 menções à Amazônia, distribuídas em 33 ocasiões diferentes (**Figura 5**).

Conforme destacado na tabela anterior, as declarações, majoritariamente, citavam a região como exemplo de local afetado por ações negativas ou como anfitrião de um evento internacional, narravam iniciativas ou intenções de mandatários de outros países, ou ofereciam informações que justifiquem as ações do governo:

Incêndios ocorreram na Austrália, na Amazônia e na tundra russa (EUA, 2021, tradução nossa) [24].

O Presidente [Joe Biden] aplaudiu a liderança regional e global do Brasil em relação ao clima, incluindo a realização da Cúpula Amazônica e dos Diálogos Amazônicos para articular uma agenda comum para o desenvolvimento sustentável, o combate ao desmatamento e a abordagem das desigualdades sociais e econômicas, bem como os planos dos EUA para uma próxima “missão de comércio verde” ao Brasil em setembro para promover investimentos em florestas, uso da terra e energia (EUA, 2023a, tradução nossa) [25].

Ele [Lula da Silva] quer se concentrar no meio ambiente, na democracia, em lidar com os pobres em seu país e em salvar a Amazônia (EUA, 2022, tradução nossa) [26].

Por exemplo - e vou terminar com isso - há mais carbono absorvido - absorvido da atmosfera diariamente - e vou recorrer ao meu - meu amigo, John Kerry, que esqueceu mais sobre isso do que a maioria das pessoas sabe - corrija-me se eu estiver errado, John, mas tenho certeza de que estou certo - e isso é que há mais carbono observado [absorvido] do ar para a região amazônica no solo - o solo - do que emitido em todos os Estados Unidos na mesma base (EUA, 2023b, tradução nossa) [27].

Não obstante, a maior parte dessas citações (30) trata de ações concretas adotadas durante essa gestão. No entanto, é necessário apontar o período em que essas ações foram adotadas e/ou anunciadas: apenas três delas ocorreram entre janeiro de 2021 e dezembro de 2022, enquanto as demais 27 aconteceram entre janeiro de 2023 e março de 2024. Essa distribuição desigual está diretamente conectada a quem ocupava o cargo de presidente do Brasil nesses dois recortes.

Na primeira metade de seu mandato, a gestão Biden encontrou um cenário desfavorável à cooperação voltada às questões ambientais e climáticas, uma vez que era de amplo conhecimento o posicionamento negacionista de Bolsonaro e parte de seus aliados ideológicos. No entanto, com a derrota de Bolsonaro na sua busca pela reeleição e a vitória de Lula da Silva, que significou o início de um terceiro mandato, as agendas climática e ambiental ganharam certa centralidade, embora seja inegável a presença de medidas que sejam opostas ao discurso governamental.

Seguindo os passos de seu antecessor, Biden utilizou as Ordens Executivas para implementar medidas associadas à questão climática voltadas, principalmente, a revogar as ações regulatórias postas em prática durante o período anterior. Dentre as diferentes providências adotadas, duas se destacam, já que abordam diretamente a Amazônia.

A primeira foi *Executive Order on Tackling the Climate Crises at Home and Abroad* (EO14008) [28], que promovia a centralidade das mudanças climáticas na política externa e de segurança dos Estados Unidos.

Figura 6 | Programas desenvolvidos no âmbito da USAID/AREP na era Biden

Atividade	Descrição	Duração	Países	Custo (USD)
ECOS	Deter, interditar, investigar e processar crimes contra a conservação do território.	04/2021 a 04/2025	Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru e Suriname	\$9.800.000
Together for Conservation	Promover uma economia ambiental, proteger paisagens e espécies e garantir direitos, recursos e saúde de comunidades que dependem da floresta.	10/2021 a 09/2026	Brasil, Colômbia, Equador e Peru	\$18.200.000
Amazonia Connect	Reduzir o desmatamento advindo da exploração de commodities.	03/2022 a 03/2027	Brasil, Colômbia e Peru.	\$16.300.000

Fonte: USAID/AREP

Esse documento incumbia o Secretário do Tesouro como responsável por cooperar com os responsáveis pelo Departamento de Estado, USAID e o *U.S. International Development Finance Corporation* (DFC) – banco estadunidense de financiamento internacional para o desenvolvimento – para a promoção de plano para a conservação da floresta amazônica. Já a segunda Ordem Executiva, denominada de *Strengthening the Nation's Forests, Communities, and Local Economies* (EO14072) [29] descrevia os objetivos do Plano para Conservar as Florestas Globais, que cita a região amazônica como um dos locais que deve ser conservado e restaurado.

Ao citar tais órgãos estatais, outorgou-lhes, de certo modo, um papel fulcral nessa agenda, resultando em outras medidas voltadas ao território amazônico, sobretudo por parte das com atuação internacional. Houve, assim, o lançamento de novas atividades financiadas pela USAID (**Figura 6**).

Dentre essas iniciativas, destaca-se a *Amazonia Connect*, uma atividade que visava a reduzir as emissões de carbono da região amazônica, focando, sobretudo, no desmatamento resultante da extração de matérias-primas e das cadeias de produção agrícola. Essa iniciativa, que fez parte do Plano Presidencial apresentado durante a COP26 previa, em um primeiro momento, o investimento de 12 milhões de dólares, mas acabou possuindo um custo acima do planejado, conforme mostra a tabela acima.

Além disso, foi promovida uma continuação de algumas iniciativas formalizadas pelo governo

Trump, como era o caso das parcerias público-privada, com destaque para o ABF, que passou a oferecer uma garantia de 50% do DFC para investimentos voltados à biodiversidade, visando gerar uma receita de \$50 milhões em 2023 [30]. Há, assim, uma continuidade na relação com empresas que, muitas vezes, são as grandes responsáveis pelo desmatamento e pela exploração da região amazônica.

Além dessas medidas, há também as demais citadas nos eventos identificados. Esse é o caso da criação de programas-piloto no âmbito da LACI [31], voltados para ajudar na capacidade dos países latino-americanos e caribenhos em produzir avaliações climáticas que apoiem em seus processos decisórios. Tal providência, descrita como resposta à Ordem Executiva 14008, contemplava, dentre as diversas localidades escolhidas, a região amazônica. No entanto, o tema que obteve maior relevância foi o Fundo Amazônia [32], citado 17 vezes em 12 ocasiões distintas. Enquanto nove dessas citações eram referências ao compromisso assumido por Biden diante da comunidade internacional em pedir o valor de \$500 milhões para ser doado ao fundo em um período de 5 anos para o Fundo, as três últimas já abordavam a doação de \$100 milhões para tal fim.

Além dessas medidas apresentadas diretamente pela gestão, cabe destacar também a proposta apresentada pelo senado estadunidense de uma lei para o combate de atividades ilegais especificamente na Amazônia brasileira. Essa proposta, denominada de *Strengthening the Rule of Law in the Brazilian Amazon Act* [33],

introduzida em dezembro de 2023, foi apresentada como uma

legislação bipartidária para tratar de crimes cometidos por grupos do crime organizado e do tráfico de drogas que estão devastando comunidades na Amazônia brasileira e em seus arredores, derrubando o estado de direito e acelerando a degradação ambiental e o desmatamento (USA Senate, 2023, tradução nossa) [34].

No entanto, ao analisar o conteúdo desse breve documento, observa-se que a seção 2 dessa proposta, a primeira a tratar propriamente do conteúdo de tal, uma vez que aborda algumas definições, é dedicada a identificar oportunidades de investimento na parte da Amazônia que compete ao Brasil (USA, 2023). Ou seja, apesar de ter sido apresentada como uma possibilidade de cooperação ambiental entre os países, é inegável o interesse econômico por trás de tal.

A seção 3, por sua vez, trata do combate aos fatores criminosos que operam em tal região, são descritos os tipos de ajuda que seriam dados, a saber: compartilhamento de informações, treinamentos, colaboração no rastreamento de fundos advindos de ações criminosas, além de assistência financeira. É notável, no entanto, uma lacuna no que diz respeito à responsabilização das empresas estadunidenses que atuam nesse território e que são responsáveis por parte dessa deterioração. Há, portanto, um padrão evidente na forma com que o governo, em suas diferentes instâncias, optou por abordar esse problema, já que, conforme discutido anteriormente, essa ausência também foi sentida no ato para a redução da inflação e na cartilha voltada a medir a pegada climática das empresas.

A última seção, por fim, estabelece a necessidade de submissão de relatórios que tratem de fatores que contribuem para a degradação ambiental dessa região, com destaque para dois pontos:

(1) uma descrição das commodities agrícolas, da madeira ilegal, dos minerais e da vida selvagem que entram no mercado dos Estados Unidos e que contribuem para o desmatamento e a degradação ambiental da Amazônia brasileira;

(2) uma descrição do papel da República Popular da China em facilitar a extração ilícita de recursos e a degradação ambiental, incluindo o desmatamento, na Amazônia brasileira. (USA, 2023, p. 6-7, tradução nossa) [35].

Esse trecho torna evidente o fato de que, ao mesmo tempo em que culpa nominalmente o governo da China pela extração de recursos ilegais e pelo desmatamento da região, isenta a responsabilidade de atores estadunidenses nesse processo ao falar apenas de matérias que entram no mercado dos EUA e que contribuem para tal. Além disso, demonstra uma tentativa do país em reafirmar sua presença na América do Sul em um cenário de crescente influência chinesa na região.

Conclusão

Esse artigo, produzido em associação com o projeto Amazônia+10, teve por objetivo discutir a relação entre os Estados Unidos e os Estados amazônicos, sobretudo o Brasil, visando a agenda comum entre esses agentes no contexto da COP30, que será realizada em Belém, Pará. Conforme discutido no decorrer deste artigo, a relação de interesses dos Estados Unidos para com a Amazônia não é uma novidade, algo que fica comprovado ao analisar o histórico de ações públicas e privadas voltadas para essa região. Portanto, era esperado que tal padrão se mantivesse, ainda que com perfis diferentes de abordagem.

Ao observarmos, primeiro, o governo de Donald Trump, é possível, em um primeiro momento, argumentar que existiu uma falta de interesse na Amazônia por parte dessa gestão. No entanto, ao analisar as medidas adotadas nesse período, nota-se que a atuação desse governo na região se deu a partir de uma perspectiva mercadológica e de exploração dos recursos naturais presentes nessa região. Nesse momento, marcado por um aumento significativo do desmatamento e da exploração de terras indígenas por garimpeiros, houve uma intensificação de ações promovidas através de parcerias público-privadas. Destaca-se, nesse contexto, a presença de empresas estadunidenses e brasileiras amplamente conhecidas por seus envolvimento

na deterioração desse território, algo que foi facilitado pela presença de governos negacionistas em ambos os lados. Aspecto que fica em aberto, para futuras pesquisas, seria a relação dessas empresas (brasileiras e dos EUA) com redes transnacionais do crime, que se expandiram significativamente na região sob o governo de Jair Bolsonaro (Lopes Junior, 2023; Mendonça, 2022).

Já no momento seguinte, conforme sugeriram os discursos de Biden, havia uma maior preocupação com as questões socioambientais e climáticas, principalmente no âmbito doméstico. Já no que diz respeito ao plano internacional, sobretudo à Amazônia, havia uma boa vontade, quando comparada ao governo anterior, de adotar ações que resultassem em medidas positivas. No entanto, é necessário observar que, grande parte das ações ocorreram somente após o início do governo Lula, sinalizando a existência de visões disparres entre o governo de Biden e a gestão de Bolsonaro no que tange à agenda climática e ambiental.

Houve, assim, a adoção de ações voltadas a demonstrar uma conscientização ambiental e climática por parte da gestão governamental de Biden, com destaque principal para o financiamento do Fundo Amazônia, mas houve também a manutenção das parcerias intensificadas no governo anterior. Ademais, enquanto no âmbito doméstico foram implementados programas que gerassem incentivos para que as empresas estadunidenses reduzissem sua pegada climática dentro do país, o mesmo não foi feito para as ações de tais fora desse território. Isso demonstra que a preocupação por parte do governo se reduzia ao âmbito doméstico, enquanto ignorava as ações dessas empresas transnacionais fora de seu território. Além disso, havia uma tentativa de reposicionar internacionalmente os Estados Unidos como uma liderança climática e reafirmar a influência do país na região sul-americana em um cenário de disputas geopolíticas. O reposicionamento estratégico, sob Biden, tem sido, portanto, prioritário em relação aos efeitos nefastos da atuação de empresas com sede nos EUA em território amazônico, por exemplo, em matéria de mineração, desmatamento e degradação da qualidade de vida das populações locais (Assahira; Moretto, 2024; Muniz Sartore Fernandes, 2024).

Ao comparar as abordagens das duas gestões, é evidente que ambas adotaram estratégias completamente opostas em seus discursos. Durante o governo Trump houve uma escassez de menções, sobretudo quando considerado o momento crítico em termos de políticas ambientais e climáticas da administração Bolsonaro que, deve-se pontuar, foi elogiado por Trump por suas (in)ações para combater as queimadas nesse território. Já na gestão Biden, o tema se tornou uma pauta bastante corriqueira, com um discurso que favorecia uma perspectiva pró-clima, resultando em uma maior quantidade de ações para essa região quando comparado ao governo anterior, principalmente com o início do terceiro mandato de Lula da Silva.

Mas, apesar dessas diferenças bem demarcadas, é preciso salientar que houve também uma certa continuidade em termos da presença de investimentos privados na Amazônia, incentivada por ambos os governos estadunidenses. Ainda que isso não signifique uma novidade, uma vez que essa relação público-privado é uma característica histórica da presença dos Estados Unidos na Pan-Amazônia, representa uma certa desconexão entre o discurso adotado por Biden, as ações no âmbito doméstico de incentivo à descarbonização da economia e a falta de qualquer punição ou incentivo para que as empresas transnacionais estadunidenses hajam de forma consciente fora de seu território.

Agendas futuras podem focar não só na atuação de empresas transnacionais e nacionais na expansão de crimes ambientais e climáticos na região, mas na participação desses atores nos governos subnacionais, a fim de determinar sua influência na adoção ou na postergação de medidas favoráveis ao meio ambiente. Em termos de política, faz-se necessário o debate sobre medidas de cooperação que envolvam ações conjuntas para a redução de crimes ambientais nessa região e que estabeleçam também maiores obrigações para as empresas que atuam nessa localidade, sejam elas nacionais ou transnacionais.

Notas

[1] Conforme explica Souza Lima (2023), em tese, os termos “Pan-Amazônia” e “Amazônia” deveriam significar a mesma coisa. No entanto, nos países que compõe essa área, há uma tendência a adotar a expressão “Amazônia” para tratar unicamente da parte que está situada em seu próprio território nacional. Assim, seguindo as definições sugeridas pelo autor, será utilizado o termo “Pan-Amazônia” para se referir ao conjunto formado pelos nove países anteriormente citados e como sinônimo de região amazônica.

[2] [Página oficial da Casa Branca](#)

[3] [Página oficial da VoteSmart](#)

[4] [Página oficial da Fact Base](#)

[5] Destino Manifesto foi uma política estadunidense que estabelecia os Estados Unidos como escolhido para civilizar o continente americano, resultando na expansão territorial rumo ao Pacífico.

[6] De acordo com Garfield (2009), essa interpretação salvacionista da floresta amazônica é reflexo das visões políticas e dos mitos culturais. A perspectiva de Beals, por exemplo, situava a Amazônia como um local de redenção panamericana, caracterizando esse território como um patrimônio da “humanidade”, o que colocava os esforços dos Estados Unidos como heroicos, desconsiderando que essa região está localizada em territórios soberanos.

[7] Essa empreitada está documentada no [site do museu de Henry Ford](#). Acessado em 27/03/2024, às 16:24.

[8] No original: “[...] a capitalist with a conscience who would bring social and economic progress to the Amazon”.

[9] Destacam-se, nesse sentido, projetos como: PPG7 (1992-2012), um programa voltado à proteção das florestas tropicais brasileiras, financiado pelos países do G7, dentre eles os EUA; The Large-Scale Biosphere-Atmosphere Experiment in Amazonia (1993 -), um projeto em parceria com a NASA, liderado pela comunidade científica brasileira e apoiado por cientistas nacionais; Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para o Uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia (1998-2001), uma parceria entre cientistas brasileiros e internacionais para a formação de um centro de pesquisa; REDD+ (2009 -), uma iniciativa para reduzir as emissões derivadas da degradação ambiental e do desmatamento em países em desenvolvimento.

[10] As ordens executivas, instrumentos parecidos com as medidas provisórias, são documentos emitidos pelo chefe do Executivo que possuem força de lei e não necessitam da aprovação do Legislativo para sua vigência. [Mais informações](#). Acessado em 27/02/2024, às 18:30.

[11] [Mais informações na página do Green Climate Fund](#).

[12] [O discurso na íntegra está disponível no arquivo da Casa Branca](#). Acessado em 27/02/2024, às 18:45.

[13] Dados adicionais sobre esses financiamentos não estão disponíveis no site oficial do fundo internacional.

[14] Dados retirados de: [G1 - Garimpo aumentou 787% em terras indígenas entre 2016 e 2022, aponta Inpe](#). Acessado em 28/03/2024, às 13:31.

[15] Os três eventos são: [postagem no Twitter/X \(23/08/2019\)](#); [postagem no Twitter/X \(27/08/2019\)](#); e [“Joint Statement from President Donald J. Trump and President Jair Bolsonaro” \(19/03/2019\)](#). Acessados em 28/03/2024, às 14:11.

[16] No original: “He is working very hard [...] and in all respects doing a great job for the people of Brazil”.

[17] No original: “[...] the number one issue facing humanity”.

[18] O documento na íntegra está disponível [na página oficial da Casa Branca](#). Acessado em 28/03/2024, às 16:17.

[19] O documento com as regras finais está disponível em: <https://www.sec.gov/files/33-11275-fact-sheet.pdf>. Acessado em 28/03/2024, às 16:19.

[20] Mais informações estão disponíveis no site: <https://www.state.gov/leaders-summit-on-climate/>. Acessado em 28/03/2024, às 16:32.

[21] O documento na íntegra está disponível [na página oficial da Casa Branca](#). Acessado em 28/03/2024, às 19:37.

[22] O plano estratégico encontra-se em: https://www.usaid.gov/sites/default/files/2022-05/Final_State-USAID_FY_2022-2026_Joint_Strategic_Plan_29MAR2022.pdf. Acessado em 28/03/2024, às 19:38.

[23] [A estratégia climática da USAID](#). Acessado em 28/03/2024, às 19:40.

[24] No original: “Fires have raged across Australia and the Amazon and the Russian tundra”.

[25] No original: “The President applauded Brazil’s regional and global leadership on climate, including hosting the Amazon Summit and Amazon Dialogues to articulate a common agenda for sustainable development, combating deforestation, and addressing social and economic inequalities, as well as previewed U.S. plans for an upcoming “green trade mission” to Brazil in September to promote forest, land use, and energy investments”.

[26] No original: “He [Lula da Silva] wants to focus on the environment, democracy, and dealing with the poor in his country, and saving the Amazon”.

[27] No original: “For example — and I’ll end with this — there is more carbon absor- — absorbed from the atmosphere on a daily basis — and I’ll look to my — my friend, John Kerry, who’d forgotten more about this than most people know — correct me if I get this wrong, John, but I’m quite sure I’m right — and that is that there’s more carbon observed [absorbed] from the air into the Amazon region into the ground — the ground — than emitted in the entire United States on the same basis”.

[28] Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/presidential-actions/2021/01/27/executive-order-on-tackling-the-climate-crisis-at-home-and-abroad/>. Acessado em 28/03/2024, às 20:29.

[29] Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/presidential-actions/2022/04/22/executive-order-on-strengthening-the-nations-forests-communities-and-local-economies/>. Acessado em 28/03/2024, às 20:27.

[30] Informação retirada do site oficial do governo estadunidense: <https://www.state.gov/u-s-leadership-advances-global-efforts-to-protect-critical-ecosystems-and-protect-carbon-sinks-a-progress-report-on-implementing-u-s-efforts-on-the-plan-to-protect-global-forests-critical-carbon/>. Acessado em 29/03/2024, às 11:28.

[31] Para mais informações: <https://www.globalchange.gov/our-work/laci>. Acessado em 29/03/2024, às 11:29.

[32] Para mais informações: <https://www.amazonfund.gov/pt/home/>. Acessado em 29/03/2024, às 11:30.

[33] O texto de apresentação dessa proposta bipartidária e o projeto de lei estão disponíveis em: <https://www.kaine.senate.gov/press-releases/kaine-rubio-and-merkle-introduce-bipartisan-bill-to-address-crimes-in-brazilian-amazon-strengthen-regional-stability>. Acessado em 29/03/2024, às 11:34.

[34] No original: “bipartisan legislation to address crimes committed by organized criminal and drug trafficking groups who are devastating communities in and around the Brazilian Amazon, upending rule of law, and accelerating environmental degradation and deforestation”.

[35] No original: (1) a description of the agricultural commodities, illegal timber, minerals, and wildlife entering the United States market that are contributing to deforestation and environmental degradation of the Brazilian Amazon; (2) a description of the role of the People’s Republic of China’s in facilitating illicit resource extraction and environmental degradation, including deforestation, in the Brazilian Amazon.

Referências Bibliográficas

AMIN, M. M. *A Amazônia na geopolítica mundial dos recursos estratégicos do século XXI*. Revista Crítica de Ciências Sociais, [s. l.], n. 107, p. 17–38, 2015.

ANTONINI, C.; OLCZAK, W.; PATTEN, D. M. *Corporate climate change disclosure during the Trump administration: evidence from standalone CSR reports*. Accounting Forum, [s. l.], v. 45, n. 2, p. 118–141, 2021.

ASADNABIZADEH, M. *Climate Change in the Foreign Policy of the Trump Administration*. Environmental Policy and Law, [s. l.], v. 49, n. 2–3, p. 195–202, 2019.

ASSAHIRA, C.; MORETTO, E. M. *A degradação da Amazônia e a dimensão ambiental da crise da democracia no Brasil*. Novos Cadernos NAEA, [s. l.], v. 27, n. 1, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/14956>. Acesso em: 1 maio 2024.

BECKER, B. K. *A Amazônia e a política ambiental brasileira*. GEOgraphia, [s. l.], v. 6, n. 11, 2009. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13465>. Acesso em: 27 fev. 2024.

BENTES, R. *A intervenção do ambientalismo internacional na Amazônia*. Estudos Avançados, [s. l.], v. 19, n. 54, p. 225–240, 2005.

BHARDWAJ, C. *Climate Change Cross-Border Migration and the Biden Administration: What the Future Holds?*. Environmental Justice, [s. l.], v. 16, n. 4, p. 254–260, 2023.

BOMBERG, E. *Joe Biden’s Climate Change Challenge*. POLITICAL INSIGHT, [s. l.], 2022.

CHAVES, T. A. *Representações sobre a Amazônia na II Guerra Mundial: entre a marcha para o oeste e os Acordos de Washington*. Sillogés, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 270–298, 2021.

COHEN, S. B. *Geopolitics of the World System*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2002.

DE PRYCK, K.; GEMENNE, F. *The Denier-in-Chief: Climate Change, Science and the Election of Donald J. Trump*. Law and Critique, [s. l.], v. 28, n. 2, p. 119–126, 2017.

EUA. Presidente (2021 - 2024: Joe Biden). In: [REMARKS BY PRESIDENT BIDEN AT VIRTUAL MEETING OF THE MAJOR ECONOMIES FORUM ON ENERGY AND CLIMATE](#). Washington: [s. n.], 2021. Acesso em: 28 mar. 2024.

EUA. Presidente (2021 - 2024: Joe Biden). In: [REMARKS BY PRESIDENT BIDEN ON RECENT REPORTS OF MAJOR OIL COMPANIES MAKING RECORD-SETTING PROFITS](#). Washington: [s. n.], 2022. Acesso em: 28 mar. 2024.

EUA. Presidente (2021 - 2024: Joe Biden). In: [READOUT OF PRESIDENT JOE BIDEN'S CALL WITH PRESIDENT LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA OF BRAZIL](#). Washington: [s. n.], 2023a. Acesso em: 28 mar. 2024.

EUA. Presidente (2021 - 2024: Joe Biden). In: [FACT SHEET: PRESIDENT BIDEN AND PRIME MINISTER MODI HOST LEADERS ON THE PARTNERSHIP FOR GLOBAL INFRASTRUCTURE AND INVESTMENT](#). Washington: [s. n.], 2023b. Disponível em: . Acesso em: 28 mar. 2024.

FAUSTO, B. *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GARFIELD, S. *A Amazônia no imaginário norte-americano em tempo de guerra*. Revista Brasileira de História, [s. l.], v. 29, n. 57, p. 19–65, 2009.

GARFIELD, S. W. *In search of the Amazon: Brazil, the United States, and the nature of a region*. Durham, NC: Duke Univ. Press, 2013. (American encounters Global interactions).

GUIMARÃES, S. P. *Quinhentos anos de periferia: Uma contribuição ao estudo da política internacional*. 3. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade, Contraponto, 2001. (Coleção relações internacionais e integração).

JOTZO, F.; DEPLEDGE, J.; WINKLER, H. *US and international climate policy under President Trump*. Climate Policy, [s. l.], v. 18, n. 7, p. 813–817, 2018.

KOLK, A. *Forests in International Environmental Politics*. Utrecht: International Books, 1996.

LAGO, A. A. C. Estocolmo, Rio, Joanesburgo: *o Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas*. Brasília: FUNAG, 2006.

LIMA DA SILVA, M. D. *La Amazonía y el desarrollo: aspectos de la trayectoria de las políticas públicas en la región*. Revista de Estudios Brasileños, [s. l.], v. 7, n. 15, p. 219–232, 2021.

LOPES JUNIOR, E. D. “*Auri sacra fames*”: *as conexões entre o garimpo (i)legal e o narcotráfico na Amazônia brasileira durante o governo Jair Bolsonaro (2018-2022)*. 2023. 36 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Graduação em Relações Internacionais - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/36361>. Acesso em: 1 maio 2024.

MEDEIROS, R. A. L. de. *Decodificando a internacionalização da Amazônia em narrativas e práticas institucionais: governos da natureza no Brasil e nos EUA*. 2012. 319 f. Tese de doutorado - Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: <http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/11296>. Acesso em: 27 fev. 2024.

MENDONÇA, F. *A Amazônia é do crime*. Carta Capital, São Paulo, 16 jun. 2022. Política. Disponível em: <https://www.carta-capital.com.br/politica/a-amazonia-e-do-crime/>. Acesso em: 1 maio 2024.

MUNIZ SARTORE FERNANDES, R. *A pressão pelo avanço da mineração na faixa de fronteira da Amazônia Legal (2003-2022)*. Novos Cadernos NAEA, [s. l.], v. 27, n. 1, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/15105>. Acesso em: 1 maio 2024.

PCAB. Relatório Anual 2018: [Parceria para a Conservação da Biodiversidade na Amazônia](#). [S. l.]: USAID, 2018. Acesso em: 28 mar. 2024.

SILVA, R. I. *A política externa brasileira para o meio ambiente: antecedentes e evolução da agenda até a RIO+20*. Monções: Revista de Reações Internacionais da UFGD, [s. l.], v. 1, n. 2, p. 118–139, 2013.

SOUZA LIMA, L. F. de. *O conceito geopolítico de Pan-Amazônia*. Revista de Geopolítica, [s. l.], v. 14, n. 2, p. 1–18, 2023.

TRUMP, D. *I have gotten to know President @jairbolsonaro well in our dealings with Brazil. He is working very hard on the Amazon fires and in all respects doing a great job for the people of Brazil - Not easy. He and his country have the full and complete support of the USA!*. 27 ago. 2019. Disponível em: <https://twitter.com/realDonaldTrump/status/1166357258726498304>.

USA. [A bill to support United States investment opportunities, strengthen bilateral collaboration in addressing criminal elements operating in the Brazilian Amazon, and for other purposes](#). 6 dez. 2023.

USA SENATE. [Kaine, Rubio, and Merkley Introduce Bipartisan Bill to Address Crimes in Brazilian Amazon, Strengthen Regional Stability](#). [S. l.], 2023.

USAID. [Engajamento com o setor privado: mobilização de financiamentos para conservação de biodiversidade na Amazônia](#). [S. l.]: USAID, 2019.

WEINSTEIN, B. *Modernidade tropical: visões norte-americanas da Amazônia nas vésperas da Guerra Fria*. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, [s. l.], v. 0, n. 45, p. 153, 2007.

ZECA, B. G.; SILVA, A. L. R. D. *Da resistência à necessária aceitação : a vinculação de temas ambientais nas relações internacionais do Brasil e o papel da Rio-92*. Boletim de Economia e Política Internacional, [s. l.], n. 34, p. 35–51, 2023.

SOBRE A AUTORA

Maria Isabel Santos Lima

Doutoranda em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ), com período sanduíche na Brown University (EUA), desenvolvendo o projeto de pesquisa *Negacionismo Climático, Política Externa e Paradiplomacia: Comparando os casos de Brasil e Estados Unidos*, sob orientação de Carlos R. S. Milani. Mestre em Ciência Política pelo Centro de Ciências Jurídicas e Políticas da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (CCJP-UNIRIO) e bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Assina como autora o artigo *As migrações e suas perspectivas* (Cadernos PROLAM/USP, v. 18, 2019). Além de colaboradora do Observatório Interdisciplinar de Mudanças Climáticas, atua como pesquisadora do Laboratório de Análise Política Mundial (LABMUNDO).



Maria Isabel Santos Lima

Os interesses estadunidenses na Amazônia: Mapeando os governos de Donald Trump (2017-2020) e Joe Biden (2021-2024)

Os Cadernos do OIMC são uma publicação, de fluxo contínuo, do Observatório Interdisciplinar das Mudanças Climáticas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

O Conselho editorial é composto pelos professores Ana Paula Tostes, Carlos R. S. Milani, Elza Neffa, José Maurício Domingues e Mário Soares.

A coordenação da publicação é feita pelo coordenador de plantão do OIMC, atualmente Carlos R. S. Milani.

Diagramação: Tiago Maranhão
Layout: Rubens de S. Duarte

Como citar este documento?

LIMA, M. I. S. *Os interesses estadunidenses na Amazônia: Mapeando os governos de Donald Trump (2017-2020) e Joe Biden (2021-2024)*. Rio de Janeiro: Cadernos do OIMC, v. 13, 2024. ISSN: 2764-1120



Observatório
Interdisciplinar
das Mudanças
Climáticas



obsinterclima.eco.br



[/obsinterclima](https://www.facebook.com/obsinterclima)



[@_oimc](https://www.instagram.com/_oimc)



[@oimc4](https://twitter.com/oimc4)

Parceria



Legal
Laboratório
de Estudos
Geopolíticos da
Amazônia Legal



OBSERVATÓRIO POLÍTICO SUL-AMERICANO

Apoio



iCS

instituto
CLIMA e SOCIEDADE